



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**  
**N.º 88, DE 2015**  
**(Do Sr. Índio da Costa)**

Altera a redação do inciso II do § 2º do art. 43 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e insere os § 3º e § 4º.

**DESPACHO:**

APENSE-SE AO PLP-11/2003.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso II, do § 2º, do art. 43, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 43. ....

“§ 2º ....

“II – empréstimos, de qualquer natureza, aos segurados e ao Poder Público, inclusive a suas empresas controladas;

“§ 3º A vedação de que trata o inciso II, do § 2º, não se aplica aos empréstimos aos segurados dos regimes de previdência, na modalidade consignado, desde que respeitada a meta atuarial, definida na política de investimentos.”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICATIVA

As recentes mudanças na Previdência Social Brasileira, seja na esfera Nacional, Estadual e Municipal, evidenciam que estamos num contínuo aprendizado e que devemos manter a atenção redobrada, quando tratamos do futuro de nossos cidadãos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal teve um papel fundamental em nossa sociedade quando conferiu maior rigor e transparência nas contas públicas, possibilitando um planejamento mais longo das Administrações Públicas.

Contudo nos trouxe no seu bojo a vedação aos regimes oficiais de previdência social de conceder empréstimos aos seus segurados, que num dado momento mostrou-se uma decisão acertada.

Com o passar do tempo, novos desafios foram surgindo e essa vedação se mostra desatualizada, carecendo receber o ajuste necessário para se fazer justiça aos segurados que contribuem e/ou contribuíram para seus regimes de previdência, e que por esse motivo, podem também usufruir de tal patrimônio.

Outro ponto importante a destacar é que os regimes complementares têm permissão para conceder empréstimos aos seus segurados, motivo pelo qual, entendemos que a suspensão da vedação aos regimes obrigatórios tornará a questão igualitária em ambos os casos.

Por fim, dadas as dificuldades e da busca incessante dos gestores públicos por melhores, e mais seguros investimentos, que atendam o binômio risco x segurança,

e também atinjam a meta atuarial, entendemos que tal alteração cumprirá seu objetivo, além de possibilitar melhores políticas públicas, cumprindo um importante caráter social.

Nestes termos, peço o integral apoio de meus pares para a aprovação da presente proposta.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 2015.

**Deputado INDIO DA COSTA**  
**PSD/RJ**

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG  
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL  
Seção de Legislação Citada - SELEC

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000**

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

### **O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

### **CAPÍTULO VIII** **DA GESTÃO PATRIMONIAL**

#### **Seção I** **Das Disponibilidades de Caixa**

Art. 43. As disponibilidades de caixa dos entes da Federação serão depositadas conforme estabelece o § 3º do art. 164 da Constituição.

§ 1º As disponibilidades de caixa dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos, ainda que vinculadas a fundos específicos a que se referem os arts. 249 e 250 da Constituição, ficarão depositadas em conta separada das demais disponibilidades de cada ente e aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira.

§ 2º É vedada a aplicação das disponibilidades de que trata o § 1º em:

I - títulos da dívida pública estadual e municipal, bem como em ações e outros papéis relativos às empresas controladas pelo respectivo ente da Federação;

II - empréstimos, de qualquer natureza, aos segurados e ao Poder Público, inclusive a suas empresas controladas.

#### **Seção II** **Da Preservação do Patrimônio Público**

Art. 44. É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

.....  
.....

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------